



Anais da Assembléia

Nº 193

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hordácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carábio - Hidekazu Takayama - Jílzio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Celso Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Tecty Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hordácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

nº 097/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 642/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que visa alterar o Código de organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA

JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 214/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera os arts. 2º e 3º da Lei 11.685, de 17.02.97 (as tarifas de água, de esgoto e energia elétrica pagas pelos usuários em estabelecimentos particulares, tipo farmácias, supermercados, etc., deverão ser recolhidas ao Banco do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de redação Final, ao Projeto de Lei nº 565/97, constante da Ordem do Dia da Sessão de hoje, item 06, e aprovado em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 09, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 385/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (11/11).

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2753

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Souza Rocha, pelo falecimento do Sr. Israel de Souza Rocha, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e alento a todos os familiares.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à família Fuhr, de Nova Aurora, pela celebração das Bodas de Ouro.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Osmar Fuhr e Sra. Eli Maria Fuhr, são pioneiros de Nova Aurora. Ajudaram a construir o progresso do município, com muito trabalho e dedicação. Também deram exemplo de convivência familiar. Com equilíbrio, honradez e perseverança, souberam chegar até aqui, superando os contratempos e adversidades. Uma família numerosa e de grande destaque na sociedade local. É inteiramente justo que esta Assembléia Legislativa do Paraná, preste a sua homenagem a pessoas que são exemplo de vida e dignidade.

REQUERIMENTO Nº 2695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro, pelo transcurso de seus 127 anos de emancipação política, no próximo dia 15 de novembro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ari Siqueira, Prefeito Municipal, ao

vice-Prefeito, Sr. Arci Pedro Castelli, bem como a todos os Srs. vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de 15 de novembro/97, o Município de Rio Negro estará comemorando jubilosamente mais um aniversário de sua emancipação política.

Toda a população, com grande alegria, irá comemorar festivamente a magna data.

Pois, temos certeza que a população anseia por melhores dias, razão pela qual, vem prestando sua colaboração através de um eficiente trabalho, visando o desenvolvimento cada vez mais acentuado do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos os rionegrenses o reconhecimento e admiração por acreditarem num futuro próspero para o Município.

REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Jamil Burihan Júnior, servidor da COHAPAR de Apucarana, pelos relevantes serviços prestados aos trabalhadores da região de atuação do escritório regional da COHAPAR de Apucarana.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Jamil Burihan Júnior, natural de Flórida, nascido em 15 de novembro de 1960, casado com Valéria Rocha Burihan, com quem formou uma família com três filhos: Wayene, Henslei e Lenonn.

Chegou em Apucarana em 1974. Em 1987 iniciou sua atuação profissional na COHAPAR, na função de assistente técnico, prestando assessoria a 28 prefeituras municipais da jurisdição do escritório regional de Apucarana, na construção de moradias populares de diversos programas desenvolvidos pelo Governo do Paraná.

Jamil é reconhecido por prefeitos, vereadores, e principalmente por mutirantes e mutuários, como um profissional competente, sempre buscando a perfeição na construção das moradias, dedicando-se ainda na organização comunitária dos futuros moradores.

Sempre presente nos projetos em sua região, desde a orientação à melhor área para sua implantação, na construção das casas, bem como na orientação técnica e social às famílias, inaugurações e festas promovidas pela comunidade beneficiada.

Jamil é merecedor de homenagens de todos os mutuários beneficiados, pela dedicação e solidariedade em que desenvolve suas funções profissionais e em sua atuação comunitária de organização popular.

REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Federação de Clubes Sociais, Esportivos, Recreativos Culturais e Classistas do Estado do Paraná - FECEPAR, alusivos a realização do VIII Congresso Brasileiro de Clubes Sociais, na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Federação, Sr. Jair Alfredo Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Deodoro, nº 51 - 14º andar - sala 1408, CEP 80020-320, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Sociedade Rural do Oeste do Paraná, alusivos à realização da 18ª EXPOVEL - Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel - 1ª Internacional, no dia 8 de novembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Sociedade, Sr. Lindonez José Rizzotto, através de correspondência a ser encaminhada à BR-277, km 600, C.P. 379, CEP 85813-550, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Estadual Sena-

passagem de seu aniversário, no dia 19/11.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Santa Cecília do Pavão, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 22/11.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Rolândia, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 27/11.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Itaguajé, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 30/11.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Itambaracá, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 30/11.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Manoel José e Severina Agostinho Santana, que completou 72 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Pla-

tina". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovar o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Jaguapitã, pelas comemorações de seu cinquentenário, na pessoa de seu prefeito atual, Edson Rodrigues de Almeida, extensivo à toda população.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Foram 04 dias de festa em Jaguapitã, para comemorar em grande estilo o cinquentenário do município. E a população mereceu o esforço das lideranças locais, do Prefeito Edson Rodrigues da Silva, aos Vereadores da competente Câmara Municipal da cidade, e todos aqueles que não mediram esforços para fazer desta a maior festa que Jaguapitã já viu. Reverenciando os pioneiros e valorizando as gerações mais jovens, a fórmula de progresso tem dado os resultados esperados. O município vem crescendo de forma ordenada, respeitando suas peculiaridades. O potencial humano, valorizado conforme sua vocação natural, faz da população de Jaguapitã um raro exemplo de comunidade entrosada. Sabe como destacar suas lideranças, confiando em seu trabalho, acreditando que o desenvolvimento do município é o grande desafio, o objetivo a ser atingido.

Nestas cinco décadas, tanto os que adotaram Jaguapitã como sua segunda terra natal, como aqueles que efetivamente nasceram no município, deram sua contribuição para a realidade atual. Por isso, as comemorações em torno do cinquentenário tiveram gosto especial: cada um dos moradores teve sua cota de participação nestes 50

anos de existência do município. Na lavoura ou na área urbana, uma parcela de dedicação e trabalho partiu de cada um dos munícipes, contribuição que somou ao ponto de nos dias atuais representar uma perspectiva de futuro promissor para quem aposta na terra e na gente de Jaguapitã.

REQUERIMENTO Nº 2725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Ibioporã, pelos 50 anos comemorados neste mês, na pessoa de seu atual prefeito, Antonio Nadir Bigati, extensivo à toda população.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Ibioporã chega a seu cinquentenário comemorando décadas de trabalho e dedicação de seus pioneiros, que vindos de outras paragens, apostaram naquela terra boa e generosa. De suas raízes, ali, fixadas, vieram os filhos e netos, que hoje fazem da população do município uma localidade de gente de bem. Gente que acredita em Ibioporã, que participa de seu progresso, aposta em seu desenvolvimento.

As lideranças políticas do município correspondem à expectativa da população, brigando por mais recursos, inserindo o município entre aqueles que merecem um tratamento especial. Da agricultura para o início da industrialização, um passo gigantesco que Ibioporã e seus moradores não tiveram receio de dar.

Nestas cinco décadas, o município foi se transformando, sem entretanto perder de vista a solidariedade, o calor humano entre as pessoas.

Quem adotou Ibioporã ao longo destes 50 anos, tão bem comemorados pela população, não perdeu de vista o sonho de uma vida melhor, ancorado nas perspectivas que o município oferecia. E aqueles que foram nascendo, cidadãos de Ibioporã, se criaram na esteira do mesmo sonho dos pioneiros: garantir qualidade de vida, ao mesmo tempo em que contribuíam com trabalho e cidadania, para o crescimento do município.

Estes 50 anos de existência de Ibioporã são o retrato dessa gente batalhadora, daí nossa homenagem a todos quantos participaram desta história.

REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à direção da Companhia Cacique de Café Solúvel, na pessoa de seu Presidente Sérgio Coimbra, filho do saudoso empresário Horácio Sabino Coimbra.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que prestamos neste momento, ainda que singela, extensiva a todos que trabalham na Companhia Cacique de Café Solúvel, hoje tão bem conduzida pelo empresário Sérgio Coimbra, que herdou de seu pai, Horácio Sabino Coimbra o gosto pelos desafios nos negócios, pela competição saudável no mercado que atua, no País e principalmente fora dele, tem o sentido também de resgatar o pioneirismo, na segunda metade da década de 60, do fundador da empresa.

Na luta que Horácio Coimbra empreendeu na época, mais que defender interesses pessoais, travou uma batalha pela proteção dos interesses econômicos nacionais, enfrentando o mercado mundial do café, que não aceitava um novo concorrente, especialmente porque o produto da Cia. Cacique de Café Solúvel, era de melhor qualidade. A exportação, traduzida em divisas para o país, sempre foi a meta deste empresário, cuja larga visão do mercado em que se inseria, impulsionava-o a brigar por cotas maiores e a aumentar gradativamente, sem abrir mão da qualidade, a produção do café solubilizado.

Vencidas as barreiras, internas e externas, 31 anos depois, nas mãos competentes de Sérgio Coimbra, a Cia. Cacique de Café Solúvel é uma das maiores indústrias do Paraná, e no ramo em que atua, está entre as maiores e melhores do ranking brasileiro. Motivo de orgulho para Londrina e para o Paraná. Gerando empregos e produzindo divisas, o sonho de Horácio Coimbra é uma realidade (que ele próprio ajudou a construir), em vários países. Nosso café solubilizado está em quatro continentes, saboreado por pessoas que têm agora uma nova referência do Brasil: a de um País que produz reconhecidamente, o café de melhor qualidade. Que sai da produção da Cia. Cacique de Café Solúvel, projetada pelo saudoso Horácio Coimbra, dirigida exemplarmente por Sérgio Coimbra, auxiliado por diretores e funcionários imbuídos do mesmo espírito empreendedor do fundador da empresa.

REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações ao Município de Atalaia, pelo transcurso do 36º aniversário de sua instalação.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Atalaia.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

No início de seu povoamento, Atalaia pertencia ao Município de Mandaguari.

Atalaia passou a integrar o território do Município de Nova Esperança, quando da criação deste município.

A elevação de Atalaia à condição de Distrito Administrativo, ocorreu em 14 de dezembro de 1953, através da Lei nº 1524. Sete anos mais tarde, em 25 de julho de 1960, de acordo com a Lei Estadual nº 4245, Atalaia obteve a sua emancipação política, desmembrando-se de Nova Esperança.

Todavia, sua instalação oficial só ocorreu no ano seguinte, aos 15 dias de novembro de 1961.

Assim, Atalaia conta com 37 anos como município emancipado e 36 anos da data de sua instalação oficial.

Pelo transcurso de tão importante data, transmitimos à população e autoridades de Atalaia, a nossa melhor homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações ao Município de Uniflor, pelo transcurso do 36º aniversário de sua instalação oficial.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Uniflor.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Com terras férteis e excelentes para o plantio do café, uma grande afluência de famílias permitiu que em 1951 estivesse formado o pequeno vilarejo que recebeu o nome de Uniflor. Com a criação do município de Nova Esperança em novembro de 1951, Uniflor passou a pertencer a seu território.

Em 29 de maio de 1954, pela Lei Municipal nº 62, Uniflor foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de Nova Esperança.

Sete anos mais tarde, em 25 de janeiro de 1961, conforme Lei Estadual nº 4338, Uniflor foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Nova Esperança. Nesse mesmo ano, ocorreu sua instalação oficial, ocasião em que foi empossado o seu primeiro prefeito, Sr. José Ayres Sobrinho.

Na passagem dos 36 anos da emancipação e instalação do Município de Uniflor, registramos as homenagens deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 2736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações ao Município de Inajá, pelo transcurso do 36º aniversário de sua instalação oficial.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Inajá.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Inajá teve origem num patrimônio planejado e formado pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Segundo os historiadores, os primeiros habitantes do referido patrimônio, ali encontraram uma palmeira que era chamada de Inajá, razão pela qual esse nome foi dado ao local.

Em 13 de julho de 1955, através da Lei Municipal nº 106, o referido patrimônio foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de Nova Esperança.

Inajá foi elevado à categoria de município em 25 de janeiro de 1961, conforme Lei Estadual nº 4338, época na qual pertencia ao Município de Paranacity.

A instalação oficial do município ocorreu aos 15 dias de novembro de 1961, quando o Sr. Antonio Henrique Phillipi foi empossado como seu primeiro prefeito.

Nesta ocasião desejamos pois prestar a nossa homenagem à população e autoridades de Inajá.

REQUERIMENTO Nº 2737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER,

após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso do 34º aniversário de instalação do Município de Planalto, no dia de hoje, 11 de novembro.

Requer, outrossim, que se dê ciência deste requerimento ao Exmo. Sr. Nelson Luersen, DD. Prefeito Municipal, bem como à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Historicamente, as origens do Município de Planalto estão ligadas ao extrativismo da erva mate e da madeira.

Nos primeiros anos de sua colonização, os pioneiros oriundos dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, enfrentaram enormes dificuldades, pois toda a região era um sertão imenso, habitado por hordas indígenas e ligada a outros centros apenas através de picadas abertas em plena floresta.

O povoado de Planalto tornou-se Distrito Administrativo em 09 de abril de 1962, jurisdicionado ao Município de Capanema. Em 10 de dezembro de 1963, pela Lei nº 4731, sancionada pelo então Governador Ney Braga, foi elevado à categoria de município, cuja instalação deu-se em 11 de novembro de 1964.

Localizado no sudoeste do Estado, na fronteira com a Argentina, o Município de Planalto atualmente tem sua economia alicerçada na agricultura, gado de corte e suinocultura.

A população planaltense se constitui de gente trabalhadora, com um passado de lutas e conquistas, que vem transmitindo seu exemplo de vida às novas gerações. Igualmente, a hospitalidade de povo faz do Município de Planalto um grande lar, uma grande família.

Por este requerimento, manifestamos nossos parabéns ao município, às autoridades e à toda a população de Planalto, que temos a honra e orgulho de representar nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação dos Produtores de Cogumelos do Vale do Ivaí - APROCOVI, alusivos à inauguração de sua sede, no último dia 7 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação, Dr. Mizael Bruno, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Ivaiporã, nº 159, Jacutinga, CEP 86870-000 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, alusivos à posse da nova diretoria biênio 97/99, no próximo dia 13 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente Sra. Helena Pereira Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 621, CEP 80020-925 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, alusivos a realização do "I Encontro Regional sobre Gestão do Meio Físico", nos próximos dias 12, 13 e 14 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 701, CEP 87013-230, Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, alusivos ao lançamento do Seminário Estadual de Extensão Rural para a Agricultura Familiar, nos dias 10 a 13 de novembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Fede-

ração, Sr. Antonio Lúcio Zarantonello, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Silva Jardim, nº 775, CEP 80230-000, Curitiba /PR.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à União das Associações de Moradores do Município de Arapongas - UAMMA, pela realização do V Congresso das Associações de Moradores de Arapongas, realizado em 09 de novembro de 1997.

Requeremos ainda que toda Diretoria seja cientificada do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

União das Associações de Moradores do Município de Arapongas - UAMMA, entidade que coordena, organiza e unifica as lutas das Associações de Moradores no Município de Arapongas, fundada em 03 de junho de 1989, realizou no dia 09 de novembro de 1997, o seu V Congresso.

A UAMMA representa suas filiadas em todas as áreas e instituições públicas Municipal, Estadual e Federal sendo ainda uma entidade de Utilidade Pública Municipal e Estadual, sem fins lucrativos. Suas principais atividades são a de organizar as Associações de Moradores e representá-las em todos os Conselhos Municipais instalados em Arapongas.

Nas instalações da Escola do Trabalho, representantes de todas as Associações de Moradores de Arapongas, reuniram-se em Congresso, para debater temas de interesse da comunidade, como saúde, meio ambiente, moradia, educação, cultura, segurança e transporte, além de eleger a nova diretoria que irá dirigir a entidade por dois anos.

Por unanimidade os delegados presentes ao V Congresso, elegeram a única chapa habilitada a participar do pleito, Chapa "Jair Rosa de Souza", encabeçada pelo líder comunitário Aluiz Sebastião da Silva, morador em Arapongas há 24 anos e militante do movimento comunitário desde 1982.

Pela contribuição na organização política dos moradores de Arapongas, na busca da qualidade de vida e no resgate da cidadania, a UAMMA é merecedora de homenagens desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de General Carneiro, pela passagem do seu 36º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Sebastião Sérgio Steptjuk, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Sinval Gaiovicz, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira cidade de General Carneiro, no próximo dia 19 de novembro, estará comemorando seus 36 anos de emancipação política.

Nesta significativa data, toda a população de General Carneiro é merecedora de nossa homenagem e reconhecimento, na certeza de que continuarão com a mesma garra a trabalho diuturno em prol do desenvolvimento cada vez maior do seu município.

General Carneiro, com seus administradores de todos os tempos, sempre preocupados com o bem estar de seu povo e o progresso cada vez mais acentuado do município, têm procurado vencer todos os obstáculos para tornar aquela região ainda mais produtiva.

Parabenizamos, portanto, no transcurso do 36º aniversário, o povo sincero e amigo de General Carneiro, que continua dando o melhor de seus esforços, colaborando assim para a grandeza do seu município.

REQUERIMENTO Nº 2745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a toda a Comunidade Ucrâniana, pela passagem do Centenário da Igreja Ucrâniana-Católica no Brasil, bem como dos 25 anos da instalação da Eparquia São João Batista, e dos 25 anos da Sagradação Episcopal de Sua Excelência Reverendíssima Dom Efraim Basílio Krevey, Bispo Eparca para os Ucrânianos-Católicos no Brasil.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à Sua Excelência Reverendíssima Dom Efrain Basílio Krevey, bem como ao Sr. Clemente Jaskiu, Presidente do Clube Ucrâniano/União Agrícola Instrutiva, ao Pároco Sérgio Hryniewicz, e ao Coadjutor Pe. Luiz Pedro Polomaney, da Igreja Matriz São Basílio Magno de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Ucrâniana comemorou no último dia 26 de outubro, em União da Vitória, o Centenário da igreja Ucrâniana-Católica no Brasil, bem como os 25 anos da Instalação da Eparquia São João Batista, e os 25 anos da Sagração Episcopal de Sua Excelência Reverendíssima Dom Efrain Basílio Krevey, Bispo Eparca para os Ucrânianos Católicos no Brasil.

A festividade contou com a presença honrosa de Dom Alfio Rapisada - Núncio Apostólico no Brasil, que apresentou o Santo Padre, o Papa João Paulo II; Dom Pedro Fedalto - Arcebispo de Curitiba; Dom Murilo Kruger - Bispo de Maringá; Dom Armando Sirio - Bispo de Cascavel; Dom Ladislau Biernaski - Bispo Auxiliar de Curitiba; Dom Domingos Wisniewski - Bispo de Apucarana; Dom Augustinho Sartorio - Bispo de Palmas; Dom Juliano Gbur - Bispo Auxiliar de Liv, na Ucrânia, representante do Cardeal Mirosław Ivan Lubaschewski, Arcebispo Maior, com sede em Liv; Dom Miguel Wilwcher - Bispo Eparca de Chicago, nos Estados Unidos; Dom Severino Yakimechem - Bispo Eparca de Vancouver, no Canadá. Destacamos também a presença do Padre Demetrio Blageoyski - Doutor em História, formado pela Universidade Urbaniana de Roma, e autor de vários e importantes livros sobre a Constituição Ucrâniana; e dos Bispos Católicos representantes da Igreja Maronita e Melquita no Brasil, entre outros.

O objetivo, além da comemoração do centenário da Igreja Ucrâniana-Católica no Brasil, foi uma grandiosa reunião fraterna para manter sempre acesa a chama das tradições, das raízes ucranianas entre os descendentes dessa etnia e também para avivar a fidelidade cada vez maior à crença religiosa e ao idioma, desenvolvendo elogiável conagração com toda a comunidade brasileira.

É salutar ver e admirar a disposição e a alegria de todos os participantes com honroso trabalho direcionado para os mais elevados ideais cristãos, seguindo os ensinamentos famili-

ares, preservando os valores morais que tanto os dignificam.

Este encontro foi e será sempre muito relevante para todos nós paranaenses, porque nosso Estado recebeu imigrantes ucranianos que aqui demonstraram o alto valor de trabalho e principalmente da fé que o Evangelho de Jesus inspira em todos os corações.

São incontáveis os exemplos transmitidos pelos nossos irmãos da Ucrânia aos paranaenses, terra que muitos deles adotaram como a pátria do coração. Aqui constituíram família, criaram os filhos e prestaram inestimável contribuição ao nosso desenvolvimento, muito especialmente ao fortalecimento da nossa fé e dos valores culturais, religiosos e morais.

Em nome do povo que na Assembléia Legislativa do Paraná representamos, desejamos nos congratular com a passagem do centenário da Igreja Ucrâniana-Católica no Brasil, estendendo este regozijo a todo o clero e a comunidade ucraniana em geral.

REQUERIMENTO Nº 2749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consagração em Ata do voto de congratulações aos Professores abaixo nominados, pela eleição para Direção das Escolas da Rede Estadual de Ensino.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados.

MARINGÁ:

Escola Estadual Adaile Maria Leite
Elizabeti Varago Merlotto

Escola Estadual Alberto J. Byngton Jr.
Mutsumi Koike Shiraishi

Escola Estadual Alfredo Moisés Maluf
João Ivo Kalef

Escola Estadual Ariovaldo Moreno
Ivanir Rocco Pereira

Escola Estadual Ayrton Plaisant
Eliane Terezinha Scheidt

Escola Est. Branca da Mota Fernandes
Geraldo Trajano de França

Colégio Estadual Basílio Itiberê
Dulcinea Moreno Fregadolli

Colégio Estadual Campos Sales
Iracema M. Freitas do Nascimento

Colégio Est. Dirce de Aguiar Maia
Maria Antonieta Galvão T. Oliveira

Colégio Estadual Tânia Varela Ferreira
Neusa Maria Soares

Escola Estadual Duque de Caxias
Safira Alves Feitosa

Colégio Estadual Tomaz E. A. Vieira
Mariã Deisi Ferreira Klososki

Escola Estadual Elvira B. dos Santos
Aurea Mendes Ferreira

Escola Estadual Unidade Pólo
Elizete Valderrama

Escola Estadual Gabriela Mistral
Marli Lemos Dantas Gongora

Colégio Estadual Vinicius de Moraes
Claiton Ribeiro Machado

Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal
Antonio Fávoro

Escola Estadual Vital Brasil
Odair Gomes

Instituto de Educação Estadual
Norma Defune Leandro

Escola Estadual Zuleide Portes
Dilce Teresinha Indrina Genari

Escola Estadual Ipiranga
Emilia Ignácio Jacomini

DOUTOR CAMARGO:

Colégio Estadual João de Faria Pioli
Joana Bento Gravena

Colégio Estadual Doutor Camargo
Sérgio Nilto Furini

Colégio Estadual João XXIII
Maria Aparecida Fulgêncio Fondazzi

Escola Estadual Regente Feijó
Hilda Alves Bessani

Escola Estadual José D. Carvalho
Ivone Miroto Ferrari

IGUARAÇU:

Escola Estadual José Geraldo Braga
Maria José Oliveira Padovani

Colégio Estadual Cyro Pereira Camargo
Claudio Vendrusculo

Colégio Est. Juscelino K. de Oliveira
Edi Kalaf

MANDAGUAÇU:

Escola Estadual Marco A. Pimenta
Elizabeth C. Ponciano dos Santos

Escola Est. Prof. Francisco J. Periotto
Benedito dos Santos

Escola Estadual Maria Balani Planas
Lúcia Helena Silva Dias Furtado

Escola Estadual Gilson Belani
Aparecida Nilva Ferrarezi

Escola Estadual Dr. Oswaldo Cruz
Sueli Silva Uber

Colégio Estadual Parigot de Souza
Ezila Maria M. Rocha

Escola Estadual Parque Itaipu
Wilson Vicencioni

Escola Estadual Santo Carraro
Lecir Lançoni Franco

Colégio Estadual Presidente Kennedy
Percídio Rabelo da Silva

MUNHOZ DE MELLO:

Colégio Estadual Rodrigues Alves
Alcides Uber

Colégio Est. José Faria Saldanha
Luiz Gonzaga de Oliveira

Colégio Estadual Rui Barbosa
Cledina Regina Acorsi

Escola Estadual Vicente Liberato
Izonilda Liberato Rocha

Escola Estadual Santa Maria Goretti
Rosa Maria Vasques Fernandes

PAIÇANDU:

Colégio Est. Silvio Magalhães Barros
Creuza Maria Romão

Colégio Est. Heitor de A. Furtado
Cleonice Aparecida de O. Coloni

Colégio Estadual Tancredo Neves
Maria das Dores Jatobá

Escola Estadual Jardim Catedral
Cezarina da Silva

Escola Estadual José de Anchieta
Sineide Farina Messias

Colégio Estadual Paiçandu
Luiz Carlos Marchesini

Escola Estadual Princesa Izabel
Elizabeth Jordão

Escola Estadual Vercindes dos Reis
Tarcísio M. dos Reis

MANDAGUARI:

Escola Estadual Bom Pastor
Hellen Rita de Souza Assis

Escola Estadual José Luiz Gori
Izabel Cristina D. S. Lopes

Escola Estadual Mal. Costa e Silva
Izabel Irene Romero Magine

Colégio Estadual Vera Cruz
Antonio Niero Bogo

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS:

Escola Est. Ivan Ferreira Amaral
Maria Rosa Tolardo Ruiz

SARANDI:

Escola Est. Antonio Francisco Lisboa
Badia Kalaf Monteleone

Colégio Estadual Jardim Panorama
Vitorina Candida Bertonha

Colégio Estadual Jardim Independência
Maria Helena Garcia Nery

JACAREZINHO:

Colégio Estadual Rui Barbosa
Antonio Carlos Alves Pereira

Colégio Estadual Luiz Setti
Terezinha Aparecida da Silva

Colégio Estadual José Pavan
Milton Fonseca Júnior

Colégio Est. Anésio Almeida Leite
Edna Valderrama Martins

Escola Estadual Raphael Fagá
Eliana Aparecida de Oliveira

Escola Estadual José de Anchieta
Maria José Cabrdulo Cavazzani

Escola Estadual Padre Magno
Maria Luisa Caetano Bento

Escola Estadual Marques dos Reis
Glaucia de Oliveira Bernardeli Silva

RIBEIRÃO CLARO:

Colégio Estadual Ribeirão Claro

Ernestina Bernadete de Oliveira Storti

Escola Est. Dr. João da Rocha Chueiri
José Eládio da Silva Viola

MARIALVA:

Escola Est. Benedito R. de Souza
Madalena E. Peron

Escola Estadual Conj. João de Barro
Ralph Correa de Moura

Escola Estadual Milton Paes
Maria Francisca R. Braga

Escola Estadual Felipe S. Bittencourt
Leonilda Vignotti

Escola Estadual Juraci Rachels
Fátima Fávaro

Colégio Estadual Batista Ribas
José Carlos Nogueira

Colégio Estadual Pedro V. P. Souza
Nady José M. G. Ribeiro

Escola Estadual Romário Martins
Claudete Brianuzzi

SANTA FÉ:

Colégio Est. Artur da Costa e Silva
Dorival Américo Teixeira

Escola Estadual Cecília Meirelles
Helena M. Aparecida Zunta Thomazello

ÂNGULO:

Colégio Estadual Bassílio Perisew
Maria Conceição Bozelhe

ASTORGA:

Colégio Estadual Adolfo O. Franco
David Vince

Escola Estadual Egidio Balarotti
Marino Martinelli

Escola Estadual Serafim França
Josefa Munhoz

Escola Estadual Veríssimo de Souza
Maria Lucia Bonini

ATALAIA:

Colégio Estadual Humberto de Campos
Sueli Tamborlin

COLORADO:

Escola Estadual Cecília Meirelles

Edina Aparecida Delazari Toroni

Colégio Estadual Luiz Schleder
Maria L. F. Vidotti

Colégio Estadual Monteiro Lobato
Cleide Maria Custelucci Lima

Escola Estadual Tereza Cristina
Alcione Malezan

FLORESTA:

Escola Estadual Arthur C. e Silva
Vera Lucia C. Ramos

Colégio Estadual Monteiro Lobato
Isaura Cavalcante F. Giroto

ITAMBÉ:

Escola Estadual Giampiero Monacchi
Gervásio Cardoso dos Santos

Escola Estadual Olavo Bilac
Manoel Messias Mendes

IVATUBA:

Colégio Estadual Francisco de Assis
Varlei Vercezi

SÃO JORGE DO IVAÍ:

Colégio Estadual Marcia V. de Abreu
Evanildo Vieira

Escola Estadual Cesar Botelho
Yara Barboda Covicchioli

ALTÔNIA:

Colégio Estadual Malba Tahan
Alcídia do Nascimento Digigow

Escola Estadual São João
Francisca Coelho Pilegi

Colégio Estadual Lúcia A. O. Schoffen
Aparecida Gentilin

Escola Estadual Anália Franco
Edgar Virgilino

Escola Estadual Arnaldo Busato
Paulo Alves

Escola Estadual Ouro Verde
Maria Clara Piscinato

IPORÃ:

Colégio Estadual Iporã
Ivai Pegorini Alessi

Escola Estadual Dom Pedro I

Antonio José da Silva

Escola Estadual Antenor Pamphilo
Nicéia Santos Emerich de Almeida

Escola Estadual Vila Nilza
Valdete Ferreira dos Santos Souza

Colégio Estadual Levy G. Oliveira
Claudio José Oestari

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO:

Colégio Estadual Min. Petrônio Portela
Ana Lúcia Rizzatto V. Dudek

Escola Estadual São Jorge
Terezinha de Jesus T. Ortega

Escola Estadual Guruaia
Cleide Panarali de Oliveira

UMUARAMA:

Colégio Estadual Umuarama
Aparecido Antonio Marcomini

Colégio Estadual Pedro II
Aparecida da Silva Herrera

Colégio Estadual Monteiro Lobato
Reginaldo Gomes da Cruz

Colégio Estadual Bento Mossurunga
José Guilherme de Oliveira

Colégio Est. Padre Manoel da Nóbrega
Joana Aparecida Sarmento

Colégio Estadual Ver. José Balan
Dércio A. Baraviera

Colégio Estadual Profa. Hilda T. Kamai
Adalberto Carlos Rigobello

Colégio Estadual Lourenço Filho
Sibéria Borges da Silva

Escola Estadual Princesa Izabel
Maria de Fátima de S. J. Mendonça

Escola Estadual Tiradentes
Carlos Roberto de Arruda

Escola Estadual Isa Mesquita
Elizabeth Waleski de F. Piccinini

Escola Estadual Malba Tahan
Arlete Sueli Rossoni de Siqueira

Escola Estadual Souza Naves
Maria Sueli M. Futata

Escola Est. Nicanor dos Santos Silva
Maria de Lourdes de Freitas Brill

Escola Estadual Durval Seifert
Arnaldo Rodrigues da Silva

Escola Estadual Parque San Remo I
Rosa Amélia Martins Braga

Escola Estadual Jardim Cruzeiro
Inês Luzia Florian

Escola Estadual Jardim Canadá
Nelci Teresinha Bellio

Escola Estadual Lovat
Carmeliris Pereira dos Santos

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 25 de outubro, pais, alunos e servidores da rede Estadual de Ensino foram às urnas para escolher, pelo voto livre e democrático, nomes da mais elevada autoridade para a gestão desses estabelecimentos.

A escolha desses nomes vem coroar uma carreira de dedicação, empenho, trabalho e seriedade ao longo dos anos, além de evidenciar o prestígio e respeito do seu nome perante a comunidade.

A dívida que tem a sociedade e todo o Estado com o educador, não se pode resumir a simples homenagem, mas deve marcar um compromisso por melhores condições de funcionamento das escolas, por melhores condições para que o professor possa dar sua aula, para que o educando possa aprender, para que a escola possa ser, efetivamente, o palco da maior lição: a lição da vida.

REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente.

O Sr. Elpidio Costa é técnico de carreira da TELEPAR, exercendo, atualmente, a Gerência Regional da Empresa, com presença em todo extremo Oeste do Paraná.

Sob sua coordenação, a TELEPAR vem investindo pesadamente na ampliação dos sistemas de telefonia convencional e celular, de transmissão de dados e a instalação da rede de cabos de fibras óticas.

O Sr. Elpidio Costa tem conseguido elevar o nome da empresa que representa através da excelência da prestação dos serviços que a TELEPAR tem a seu encargo.

A presente proposição, desse modo, tem o intuito de tornar público, através da manifestação da Assembleia Legislativa do Paraná, o reconhecimento a um trabalho meritório em favor da comunidade oestina.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor. Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que viabilize prorrogar por 10 (dez) dias o prazo para os proprietários de armas, providenciarem o competente registro, conforme determinação governamental.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Julgamos necessária a prorrogação do prazo, visto o grande número de pessoas que se aglomeram nas repartições competentes para atender o que determina a legislação, gerando desconforto pelas inúmeras horas que são obrigadas a permanecer no local para conseguir o atendimento.

REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Lubomir Ficinski, liberação dos recursos do Paraná Urbano para o Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento está sendo apresentado em função de que há muito solicitamos o ingresso do município no referido programa, que é de vital importância para alavancar o desenvolvimento de nossa cidade.

REQUERIMENTO Nº 2720

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no sentido de verificar da possibilidade de atender o pedido da Associação de Moradores do Bairro Ouro Verde I, localizado no Município de Campo Largo, constante na correspondência anexa. Trata-se de um pedido que com certeza beneficiará toda a comunidade campolarguense, motivo pelo qual solicita-

mos uma análise especial por parte do órgão competente.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Ceccon, os quais solicitam a colocação de grades de proteção nas lâmpadas da Travessa 1º de Maio, tendo em vista que vândalos quebram-nas, gerando escuridão total à noite. Como muitas pessoas também saem de suas casas muito cedo para trabalhar, a escuridão também tem causado muito medo e apreensão em todos, motivo de tal pedido. A Prefeitura, quando solicitada, sempre faz a troca de lâmpadas queimadas e quebradas, porém essa rua sempre encontra-se escura pelos atos de vandalismo. Com as grades, o problema será resolvido e toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Elza Patussi, a qual solicita a limpeza do mato existente à margem da Rodovia do Café, nas proximidades do bairro Mossunguê. Maiores informações podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 376-8018.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário de Estado da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha poliesportiva na Escola Municipal São José, localizada na Cidade de Rebouças, com ensino de 1ª a 4ª séries, sendo administrada pelas Irmãs de Ca-

ridade, e possui aproximadamente 300 alunos.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário de Estado da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de calçamento no pátio da Escola de Faxinal dos Marameleiros, Município de Rebouças.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador José Elias Dombroski, que conta com nosso total apoio, pois o pátio é de terra, o qual em dias de chuva se transforma em enorme lamaçal, prejudicando a limpeza e a manutenção da escola.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Paulinho Daumar, solicitando o cascalhamento da estrada que faz a ligação das comunidades de Pottinga, Água Quente dos Luz e Água Quente dos Domingues, fazendo a ligação intermunicipal com as comunidades do Município de Rio Azul e Guamirim, no Município de Irati.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador José Elias Dombroski, que conta com nosso total apoio.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Srs. Jaime Lerner e Heinz Georg Herwig, respectivamente Governador e Secretário de Estado dos Transportes do Paraná, hipotecando total e irrestrito apoio, no sentido de que o novo Aeroporto de Cascavel seja construído nas proximidades do terminal da FERROESTE, naquele município.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É inegável que as lideranças de Cascavel possuem todo o direito de escolher a localização para a construção do novo aeroporto, sobretudo se a preferência se efetivar, em razão do estratégico terminal da FERROESTE, posicionado nas proximidades do perímetro urbano daquele município. Hoje se discute muito sobre qual seria a área ideal para edificar um projeto arrojado e determinante, como deve ser o aeroporto regional. Logicamente que é necessário um estudo parcimonioso em relação a essa questão. Todavia é preciso evidenciar que o terminal de carga e descarga da estrada de ferro, foi construído levando-se em conta, localizar-se adequadamente para favorecer a região como um todo. Projetar agora a pista de pouso e decolagem nas cercanias do terminal ferroviário, trata-se evidentemente de uma posição lógica, sensata e coberta de fundamentos plenamente justificáveis.

Por outro lado, algumas pessoas com influência regional, enfatizam a importância de que essa importante obra seja levada a cabo no Distrito da Sede Alvorada, Município de Cascavel, a fim de que ela possa beneficiar também a emergente economia Toledana. Ora, são argumentos facilmente contestáveis, por uma série de razões. A principal já foi epigrafada no início desta justificativa, acrescentando-se ainda as dificuldades técnicas para que o projeto seja desenvolvido no local pretendido, sem falar que a distância entre Toledo e a antiga Fazenda Cajati, onde se deseja colocar o novo aeroporto é absolutamente irrisória. Fatores que devem ser preponderantes na decisão final. Isto posto, é perfeitamente justo que esse Poder Legislativo dê inteiro suporte à decisão do Executivo Estadual, em definir-se pelo local que tem a simpatia e sobre o qual recaiu a escolha por parte da quase totalidade da população de Cascavel.

REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Sr. Giovanni Gionedis, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando que envie as seguintes informações:

1) Quais as empresas que negociaram com o Estado o parcelamento de débitos de ICMS, e quais são os valores que foram negociados?

2) Qual foi a negociação feita com a Companhia Cervejaria Brahma, empresa que constava como a maior devedora de ICMS ao Estado?

O referido pedido de informações justifica-se pela necessidade dos Parlamentares saberem como está o processo de anistia e parcelamento dos débitos do ICMS.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Cultura, sobre o Centro Cultural Teatro Guaíra, fazendo os seguintes questionamentos:

1. Qual a receita do Centro Cultural Teatro Guaíra, com locações dos auditórios, participação em bilheterias, contratos publicitários e outras locações de espaços, de janeiro de 1996 a outubro de 1997?

2. Qual o repasse efetuado pelo Governo do Estado, de janeiro de 1996 a outubro de 1997?

3. Quais as despesas do Teatro Guaíra, de janeiro de 1996 a outubro de 1997, discriminadas e incluindo salários dos servidores?

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 643/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Cooperativa de Terra Rica - ECTR, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Cooperativa de Terra Rica - ECTR, Escola Infantil Passo-a-Passo, foi fundada em 02 de fevereiro de 1995, sendo uma sociedade sem fins lucrativos, com sede na Cidade de Terra Rica, e que tem como finalidade proporcionar ao educando a formação

necessária do desenvolvimento das potencialidades como elemento de auto-realização, preparando a criança, para responder as suas necessidades sociais e históricas.

Esta cooperativa é mantenedora da Escola Infantil Passo-a-Passo, e pelo trabalho de vultoso mérito social e educacional que vem realizando naquele município, necessita receber esta declaração de Utilidade Pública, para que possa desfrutar dos benefícios legais.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, pela aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 644/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Pólo Eletromecânico e Moveleiro, liderado pelo Município de Medianeira, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver serviços e produtos de mobiliário e eletromecânicos na região do Extremo Oeste do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para a criação deste pólo, através de programas, incentivos e inclusões orçamentárias, necessários à implantação do que trata o artigo anterior.

Parágrafo Único - Os mecanismos de ação de governo deverá estimular a implementação de indústrias de móveis e outros artefatos de madeira, de motores elétricos e máquinas, bem como treinamento de mão-de-obra especializada no ramo.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa criar o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no Extremo Oeste do Paraná, liderado pelo Município de Medianeira. Com isso, será possível fomentar o desenvolvimento das potencialidades desse município e de toda a região.

O Pólo Eletromecânico e Moveleiro irá atrair mais indústrias e empresas para o extremo Oeste do Estado do Paraná, incentivando a produção industrial e a geração de empregos. Além

disso, o projeto de lei em questão, vai possibilitar a mudança do perfil industrial da região, com mais indústrias e com o avanço da tecnologia, será possível consolidar o Município de Medianeira e a região, como pontos comerciais importantes no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Por tudo isso, solicito o apoio dos Srs. Parlamentares, para a aprovação do presente projeto de lei.

REQUERIMENTO Nº 645/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam acrescidos os seguintes parágrafos ao art. 6º da Lei Estadual nº 9198, de 18 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a contratação de servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço.

§ 1º - Serão permitidas disposições funcionais, cessões ou permutas de servidores da administração direta, indireta, autárquica, fundacional e de sociedades de economia mista do Estado, para funções eletivas no âmbito dos municípios do Estado.

§ 2º - O servidor optará entre os vencimentos do órgão de origem ou dos vencimentos da função pública eletiva do município, sendo inacumuláveis os vencimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, acrescenta parágrafos a Lei nº 9198, de 18 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a contratação de servidores, em caso de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço.

E o seu objetivo é de atender reivindicações de vários municípios paranaenses e, também, dos mais variados órgãos públicos, ampliando o rol dos servidores beneficiados pela Lei nº 9198, trazendo com isso a melhoria dos serviços públicos praticados em nosso Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Ink) -

Convido o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Nelson Tureck.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós membros da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, acabamos de sair de uma reunião, e que na parte final da mesma, fiz uma Questão de Ordem, na qual desejava abordar três temas. Abordei dois, e provavelmente esses dois temas irritaram o Presidente da Comissão, e ele encerrou a reunião da CCJ, sem que desse oportunidade para que esse Deputado se manifestasse, e para que os demais membros da Comissão pudessem discutir as questões que levantávamos.

Perguntamos ao Sr. Presidente, por que os requerimentos de nossa autoria, escritos ou verbais, geralmente não são votados? Diz o Presidente que serão encaminhados. Ficamos sempre esperando que encaminhem. Mas é prática daquela Comissão não colocar em votação, requerimento de Parlamentar. O Deputado Presidente Joel Coimbra, ao receber qualquer requerimento, deve colocar em votação, como se faz no Plenário desta Casa, e não dizer simplesmente que vai encaminhá-lo, ou não vai encaminhá-lo.

Outra questão importante: Regime de Urgência, na CCJ, vale para alguns, para outros não vale. Quando o pedido de urgência é feito por esse ou aquele Deputado, dependendo da simpatia pessoal com o Sr. Presidente, ou dependendo da linha política que tal Deputado assuma na Comissão, o Regime de Urgência não é válido para todos.

Vou dar um exemplo: foi solicitado, já há um ano atrás, Regime de Urgência para o relatório para a CPI do Porto de Paranaguá, e até agora não foi votado. Nas Sessões da semana passada, foi aprovado um Regime de Urgência para alguns projetos, e na CCJ já foram analisados. Mas, um pedido de Regime de Urgência para um projeto nosso, feito há um mês, não é aprovado.

A CCJ tem que ser imparcial. O Sr. Presidente tem que agir dentro do Regimento Interno desta Casa, e respeitar os Srs. Deputados. Todos, independente da linha ideológica de cada um de nós. Não pode uma CCJ ser linha auxiliar de desejos governamentais ou de desejos individuais do Presidente daquela Comissão. Quando levantei a questão do nosso pedido de Regime de Urgência, foi dito que na assessoria da Mesa Executiva não tinham encaminhado o projeto à CCJ.

Portanto, se a Comissão que assessora a Mesa Executiva não enviou, solicito com urgência que envie o Projeto de Decreto Legislativo nº 08/97, para que aquela Comissão possa, já na próxima semana, dar o parecer.

Só vai existir democracia, se esta Casa, na sua plenária e nas suas Comissões, tiverem posturas democráticas e postura de trabalho. Não pode a CCJ continuar agindo com parcialidade, como vem fazendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao ilustre Deputado Orlando Pessuti, que concede a sua vez a inscrição do ilustre Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero chamar a atenção dos ilustres companheiros, principalmente do interior do Estado do Paraná, que nesta última quinta-feira próxima passada, tivemos um encontro no Município de Irati, aonde presentes estiveram mais de 400 agricultores, presente esteve também a FAEP e a FETAEP, aonde questionamos juntamente com os agricultores, a cobrança legal mais imoral da contribuição sindical.

Os Srs. Deputados, principalmente que têm assento nesta Casa e que representam o interior do Estado do Paraná, gostaria que Vossas Excelências pudessem, inclusive, nos auxiliar para denunciarmos cada vez mais a cobrança sindical abusiva em cima dos pequenos agricultores.

O Imposto Territorial Rural, meu prezado Deputado Annibelli, vizinho da minha querida região, se você pegar o Imposto Territorial Rural de um pequeno agricultor, que tenha aí de 30 a 40 hectares, ele está pagando na faixa de 20 a 30 reais por ano, que é o imposto, o antigo INCRA e a Contribuição Sindical, 120, 130, 140 e assim por diante.

Estamos procurando sensibilizar a Confederação Nacional da Agricultura, que está ameaçando os pequenos agricultores que não pagaram essa contribuição sindical, de execução através da própria justiça. Entendemos que ela é legal, é devida, mas o valor que estão cobrando passa a ser imoral a meu ver e a nosso ver, tendo em vista a diferença do imposto pago com relação a contribuição sindical.

Qualquer imposto que se pague, nunca uma contribuição pode ser acima do imposto que está sendo pago naquele

momento. Está aí o IPVA dos caminhões, está aí a contribuição sindical dos caminhões, estão aí tantas outras contribuições sindicais, sempre menor do que o imposto pago daquele objeto, daquele bem que o cidadão possui.

Por esta razão, quero registrar mais uma vez aqui, que aquele encontro foi muito importante para o Sul do Paraná. E gostaríamos que as demais regiões que têm assento nesta Casa, e que tenham compromissos com os nossos companheiros e amigos agricultores, possam mobilizá-los, fazendo com que, principalmente a FAEP e a própria FETAEP cheguem a um consenso, porque dois fatos estão ocorrendo neste instante: um, é o valor exorbitante que estão cobrando da Contribuição Sindical, e a outra, Deputado Valdir Rossoni, aonde o pequeno agricultor que exerce a sua atividade com a sua família está incluído para pagar a Contribuição Sindical como empregador, como patrão.

Não discutimos o tamanho da terra que o cidadão tenha. Ele pode perfeitamente ter ali um alqueire de chão, e ser um pequeno empresário. Mas, entretanto, ele pode ter 20 ou 30 alqueires de terra e ser um pequeno proprietário rural, que trabalha com a sua família, trabalha no regime de economia familiar.

É um assunto extremamente delicado, complexo, principalmente porque a Confederação Nacional da Agricultura está ameaçando de executar aqueles agricultores, que há dois anos atrás não pagaram esta contribuição sindical. Eles pagaram através de uma guia especial e ficou pendente.

Hoje, estão recebendo notificações através da Receita Federal, e a própria FAEP já comunica, através do seu boletim informativo, que está acionando judicialmente aqueles que não fizeram o pagamento.

Desta feita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica o registro desta nossa denúncia contra esta cobrança abusiva que estão procedendo em cima de todos os agricultores do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Horácio Rodrigues.

(Declina)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PT com a palavra. Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, às 11 horas, na Boca Maldita, foi realizado um ato com as várias entidades de ambientalistas, em defesa do meio ambiente.

Esse ato, especificamente, abordou a questão da termoeletrica proposta a ser construída no nosso litoral, sem saber ainda o local, pois existe uma disputa política entre Paranaguá e o Município de Pontal do Sul. Tanto é, que o Governo diz que será feita em Paranaguá, e para lá foram contratados vários técnicos para fazer o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental.

Paralelo a isso, está tramitando nesta Casa, um projeto de lei que autoriza a construção da termoeletrica no Município de Pontal do Sul, tanto é que há sobre a Mesa um requerimento do Presidente desta Casa, pedindo Regime de Urgência para o referido projeto. Sabemos que é um tema importante a questão de energia. Energia é fundamental para o desenvolvimento do Estado, mas sabemos também que o Estado do Paraná produz energia suficiente para o seu desenvolvimento e exporta, e que a proposta de termoeletrica vem na contramão da história, e na contramão do próprio discurso do Sr. Governador Jaime Lerner, que diz que defende o meio ambiente.

Quero chamar a atenção para algumas questões, e para isso vou ler qual é o tipo de ameaça que uma termoeletrica movida a carvão, representa para o meio ambiente:

(Lê) "As usinas movidas a carvão causam grandes impactos negativos ao meio ambiente:

I - De modo geral, a queima gera emissões atmosféricas formadas por monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio, dióxido de enxofre e material particulado. Além da poluição atmosférica, as emissões provocam a acidificação do solo, alterando as condições de uso natural.

II - Uma usina termoeletrica contamina também os recursos hídricos superficiais e subterrâneos através dos efluentes dos estoques de carvão, da água utilizada para limpeza e das águas de refrigeração.

III - Uma usina termoeletrica afeta diferentes aspectos da vida do homem e do meio ambiente, alguns deles regulamentados inclusive por acordos internacionais, como a Convenção do Clima, que trata das alterações climáticas pelo aquecimento e pela destruição.

ção da camada de ozônio; e a Convenção da Biodiversidade, que aborda os compromissos de cada país com a proteção da fauna e da flora.

IV - Também pode provocar atritos nas relações entre países, porque muitas vezes "exporta" a poluição. É o caso, por exemplo, da Usina Termoelétrica de Candiota, no Rio Grande do Sul, acusada de provocar chuva ácida nas pastagens do Uruguai.

V - Finalmente, mas não menos importante, é causa direta e comprovada de doenças pulmonares nas populações que vivem nas suas proximidades".

Uma usina constituída a base de carvão, pela queima do próprio carvão e resíduos que resulta m da atividade, podemos dizer que elas atingem, através dos efluentes sólidos que são cinzas volantes ou secas, cinzas pesadas e lama de dessulfurização, uma usina semelhante a essa que o Governador deseja construir no nosso litoral, do mesmo padrão que essa, nos Estados Unidos, para cada Mw gerado, produz anualmente 320 toneladas de cinzas volantes, 80 toneladas de cinzas pesadas, 364 toneladas de lama. Este é o lixo produzido por uma usina termoelétrica americana, com carvão de melhor qualidade do que aquele que se deseja usar aqui.

Se usar do carvão produzido em nosso país, a produção desse lixo será de cerca de 10 vezes mais do que o produzido nos Estados Unidos.

E deseja o nosso Governador, fazer, construir usinas termoelétricas no litoral paranaense. Nosso litoral que luta há anos para um saneamento básico, que nem isso tem, a Cidade de Paranaguá e todas as praias, no recém criado Município de Pontal não tem saneamento básico, o esgoto não é tratado. Aonde será colocado mais esse lixo produzido?

Este ato de protesto da Boca Maldita teve o nosso apoio, e lá compareci, em nome da Bancada do PT, porque nós do Partido dos Trabalhadores achamos que a questão energética é importante para o desenvolvimento. Importa em debate com a sociedade e não colocar de cima para baixo a construção de usinas, sem um debate democrático com toda a sociedade. Existem alternativas energéticas para o nosso país, e no nosso Estado também.

Se quer o Governado continuar mantendo o seu discurso de defesa do meio ambiente, não faça essa termoelétrica, não a construa e nem autorize para construí-la, porque é o fim do discurso, porque isso é mantido atra-

vés da mídia, porque na prática estamos vendo que não está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, Liderança do PTB, PPB, PMDB, Liderança do PDT, PFL, Liderança do PL, PSDB e Liderança do Governo.

Concedo a palavra à Liderança do PSDB, ilustre Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta segunda-feira, o Governo federal tomou uma série de medidas extremamente duras, firmes, no entanto, diante da gravidade do problema, diante da gravidade da economia mundial, necessárias para preservação da nossa moeda.

Se lembrarmos, há pouco mais ou pouco menos de 40 meses atrás, vivíamos um processo inflacionário sem precedentes. Dois, três dias de inflação, somava a inflação acumulada do período do exercício de 1997.

Aplicou-se um programa firme, calcado na busca da eficiência do Governo, nem sempre tendo oportunidade de atingir os seus objetivos, mas buscando abrir o mercado e dele poder fazer parte a nível mundial, procurando capacitar o nosso sistema produtivo, e sobretudo dar-lhe qualidade. O Governo Federal vem buscando o equilíbrio das nossas contas com dificuldades, mas vem mantendo o Plano Real ao nível de uma taxa inflacionária de primeiro mundo.

No mês de agosto, foi zero, 22 a inflação. Há 50 anos não tínhamos índices inflacionários e uma economia estabilizada ao nível que tivemos no exercício de 1997. Neste período, em menos de 40 meses, foi distribuída, permitida a circulação da riqueza de mais de 15 bilhões de reais, especificamente para as classes menos favorecidas da nossa população, aonde o pobre passou a ter direito de comer o frango, comer a carne, tomar o leite oferecido a seus filhos. Isso permitiu que pudéssemos, com certeza, ter uma melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Isso tudo foi feito e foi possível graças ao esforço do próprio Governo, e o consentimento, sobretudo, da sociedade brasileira, que reconhece no Plano Real e nas ações do Governo Federal, mesmo com dificuldades, mas o acerto de um caminho que um dia poderemos chegar a uma economia estabilizada e uma economia que permita a dis-

tribuição da riqueza e do produto gerado.

Conhecemos e reconhecemos a vulnerabilidade da nossa economia. Não podia sair um País com déficit público, com déficit nas balanças comerciais, com déficits enormes em relação ao social, uma indústria atrasada, parada, retrógrada, o empresariado com uma mente ainda voltada pelo potencionismo do Estado, um Estado extremamente regulado, um Estado extremamente interventor. Não poderíamos entender que sairíamos dessa situação e caminharíamos tranqüilamente para uma situação de concorrência.

Mas, não tenham dúvidas, difíceis foram os momentos e muitos os que agouraram que o projeto do Governo não chegaria, não passaria de 60 dias, não passaria de um ano, e ele vem se mantendo com firmeza e com determinação. Não vamos dizer que não poderiam ter ocorrido alguns ajustes, já há um tempo atrás, mas os remédios amargos, evidentemente que não gostamos de administrar, e o Governo tentou proteger, com certeza, a edição de medidas que hoje compõem as 51 medidas, mas sempre no sentido de manter o mercado, de manter a estabilidade da moeda.

Fala-se muito da ancoragem do dólar, mas todos os países que não mantiveram uma ancoragem firme do dólar, usaram a expressão do Delfim Neto: "as suas economias foram puxadas pelo nariz". E o primeiro a sentir o peso da crise e ao fazê-la, foi a Birmânia, foi a Tailândia, e viraram poeira as suas moedas, as suas reservas internacionais caíram em pouco menos de um mês, em menos de 40%, e só pudemos chegar onde chegamos, porque tivemos um saneamento financeiro, porque tivemos reservas cambiais para agüentar o baque deste momento que se faz presente.

E se analisarmos as medidas do Governo Federal, são medidas que não podem ser, jamais, tidas e havidas como irresponsáveis ou como falta de coragem, ou como incompetência, elas foram feitas por um Governo que assumiu, e ele não está dizendo que não traz dificuldades à Nação, ele está assumindo, ele não está mascarando as medidas, ele está dizendo que as medidas são duras, que as medidas, evidentemente, se aprofundadas, trarão, com certeza, o desemprego, mas é a forma que hoje temos de poder salvar a nossa economia.

E tem mais, se hoje, o Governo inclusive açodou a sua mão na questão das medidas, foi para prevenir futuros ataques à nossa moeda. Por que isso?

Porque na verdade não tivemos um ataque ao nosso Real, tivemos sim, foram posições que tiveram que ser liquidadas nos tigres asiáticos, e que efetivamente tinham investimentos no Brasil. Foi da Tailândia, da Birmânia e com certeza Hong Kong a que mais prejuízos provocou na nossa economia e nas nossas bolsas. Mas, as medidas do Governo não poderiam ser pela metade, porque senão, daqui a 20, 30 dias, ou menos que isso, o Governo teria que vir novamente, e tomar uma decisão mais dura, e aí cairia no descrédito e seria puxado pela correnteza da descrença, e com certeza teríamos dificuldades muito maiores.

Prova disso é a firmeza com que faz a sua defesa, a defesa da moeda, a defesa do interesse nacional, a defesa que ele entende ser posição de primeira, e não a sua candidatura. Mostrou o Presidente da República que tem coragem, que tem determinação, que tem definição e que não está a reboque do processo eleitoral, mesmo reconhecendo que são medidas impopulares, porque se não o fosse, já há tempo elas teriam sido administradas.

Mas, reconhecemos a firmeza das 51 medidas. A que mais está calando, inclusive os próprios empresários, ontem o Eduardo Moreira, reconhecendo o possível estado de recessão ou de redução do crescimento de 4, 4,5% para 2%, ele reconhece que hoje são as medidas possíveis. Isto porque pior seria ter a economia levada pela correnteza e aí não prevalece o interesse dos arautos que querem de antemão vir roubar a economia brasileira.

Devemos reconhecer, críticas são necessárias, agora, entender e fazer deste momento o momento de contaminar o ambiente político e econômico para tirar vantagens políticas, é que dificilmente poderemos permitir, porque isso, com certeza, vai contra a própria nacionalidade e contra o próprio país.

Os reajustes da economia são pesados, são reduções de investimentos na área do Governo, na ordem de 11 bilhões e 800, o acréscimo da carga tributária e contribuições da ordem de 4 e 800, mas o Governo teve uma preocupação: de uma população ativa entre 65 e 70 milhões, apenas 6 milhões pagam o Imposto de Renda, que é o que a classe média está mais reclamando, não vejo sendo o fator principal desta reclamação, porque no fundo, ele apenas sobre um ponto percentual, porque é depois de apurado que é aplicada a correção, o acréscimo. O que mais este Governo procurou fazer foi a defesa, justamen-

te daqueles que menos têm e que menos possuem, e que, com certeza, foram os mais beneficiados dentro deste processo.

Concedo aparte ao Deputado Júlio Ando.

O Sr. Júlio Ando - Muito obrigado pelo aparte, Deputado José Maria.

O que me parece, o pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde, é uma resposta ao meu pronunciamento de ontem nesta tribuna, quando considerei a medida do Governo Federal como irresponsável, e reafirmo, continuo reafirmando, com referência a esta decisão do Governo Federal, através do Banco Central, de elevar a taxa básica referencial de juros, praticamente aumentou em 100% a taxa referencial de juros.

Considero uma medida precipitada, a não ser que Vossa Excelência, dessa tribuna, me justifique realmente o porquê dessa elevação violenta, aviltante, da taxa de juros que veio estralhar a economia brasileira. Não aceito o argumento, Deputado, de que o aumento da taxa de juros foi exatamente para bloquear a evasão de divisas das nossas reservas cambiais. Esta argumentação, a meu ver, particularmente carece de fundamento, não é motivo justificável para balançar toda a economia brasileira como está balançando.

O Brasil, hoje, inicia uma caminhada negra. Vossa Excelência ainda não tem a noção de desemprego que vai ocorrer, a falta de recursos, inclusive nos órgãos públicos, através da queda violenta de receita pública. Vossa Excelência não tem idéia ainda, Deputado José Maria, da quebraadeira, da inadimplência que vai ocorrer neste Brasil, se continuar por mais 15 ou 20 dias este patamar de juros.

Por isso, coloco-me totalmente, frontalmente contra o Governo Federal nestas medidas que foram tomadas, principalmente a elevação violenta de juros, a não ser que Vossa Excelência me justifique e não justifique dizendo que é para bloquear a saída de reservas cambiais.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Só para entender o debate que está se travando hoje aqui, o Deputado José Maria Ferreira é do PSDB, o Deputado obviamente está defendendo as medidas do Governo, porque acha que são acertadas, na medida em que elas são defendidas pelo seu partido.

O Deputado Júlio Ando se filiou recentemente ao PFL - Partido da Fren-

te Liberal, que governa este país com maioria, inclusive na Câmara Federal.

Então, só para entender aonde é que está se dando este debate. Este debate está se dando no Governo, não está se dando fora dele.

O PFL, Sr. Presidente, do Deputado Júlio Ando, é quem impôs este pacote através do Dornelles, através do Malan. Então, Deputado Júlio Ando, ou o senhor está desavisado do seu partido, ou o senhor não sabe o que está falando.

O Sr. Júlio Ando - Não concordamos, Deputado, não concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Luk) - A palavra está assegurada ao Deputado José Maria Ferreira, que concede apartes a quem bem desejar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado.

Retomo a palavra, Sr. Presidente, para dizer ao nobre Deputado Júlio Ando que ele deve ser um homem extremamente informado e que ele deve acompanhar os indicadores econômicos, e deve, no mínimo, saber que o Governo elevou as taxas de juros. Não quero crer que seja pelo belprazer de dizer que temos uma das mais altas taxas de juros do mundo. Acho que não pode ter sido. Com certeza, Deputado, foi para justamente assegurar aqui as divisas internacionais. Esta é a medida, inclusive...

O Sr. Júlio Ando - Então justifique, Deputado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - A justificativa estou dando. Se quiser aceitá-la, é problema seu. Estou fazendo, com toda a gentileza. Agora, se o senhor quiser aceitar, ou não, não depende de mim.

Estou dizendo, estou afirmando que são informações que se tem captado pelo próprio Presidente da Federação, da FIESP, que caso não haja a elevação de juros, evidentemente teríamos um refluxo do capital internacional e com dificuldades e causas extremamente sérias à nossa economia.

Depois de a economia ter ido para o buraco, não existe solução. Ai, efetivamente, estaríamos vazando pelo ralo, e é o que não vamos fazer.

E tem mais, o Governo fez com medida sobressalente, com medidas adicionais, para que se a Coréia do Sul, que é o Tigre Asiático mais propenso a ter problema na próxima semana vier a

ter problema, o Brasil não teria a segunda chance e o Governo brasileiro está sendo proficiente, está sendo preservativo da nossa economia.

Com certeza, nos próximos meses, teremos a redução da taxa de juros, teremos a economia preservada, e assim é possível retomar, porque a garantia, a segurança, os organismos internacionais estão dando ao Brasil. Ontem mesmo, o Presidente do BID assegurou as medidas, inclusive ofereceu recursos ao Governo brasileiro, e este declinou, porque entende que as medidas serão suficientes para agüentar o tranco das próximas semanas.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Queria só dizer a Vossa Excelência que achei a ousadia do Presidente Fernando Henrique, saudável, honesta e dinâmica. Agora, a responsabilidade é do Congresso. Se o Congresso, como vinha avisando o Deputado Genoíno, se não me falha a memória, me perdoem, não sei se é o Deputado Genoíno, é um Deputado do PMDB do Amazonas, daquela região, me perdoem, me falha a memória, vários Deputados vinham pedindo a reforma: "vamos votar a reforma, tem que votar a reforma". Se o Congresso tivesse votado a reforma, não estaríamos neste caos, em hipótese alguma.

Por isso que ontem, até num momento de espanto, aplaudi a atitude do Presidente Fernando Henrique, quando ele disse: "se vou perder, se vou ganhar, não me importa. O que me importa é o Brasil".

Agora, se os congressistas tivessem feito a reforma, Deputado Toti, Deputado Vanhoni, Júlio Ando, não estaríamos passando por este problema no Brasil.

Então, falta um pouquinho de responsabilidade, com todo o respeito que tenho ao Congresso, e tenho aos Srs. Deputados Federais, há necessidade de se votar a reforma, para que haja a queda dos juros, tenho certeza.

Mas, admirei a ousadia do Presidente Fernando Henrique. No momento, ele não está pensando na sua eleição, está pensando no Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Não tenha dúvida, nobre Deputado Alborghetti. O Presidente da República, neste momento, a despeito de desejar a reeleição, ele não está colocando no primeiro plano, está colocando, sim, a saúde da economia financeira e com certeza o futuro deste País.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vossa Excelência de concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado José Maria

Ferreira.

Escutei a sua explanação, ontem, na defesa das medidas do Governo Federal, para manter a estabilidade da moeda. Só que acho, e quero discutir isso com maior tranquilidade com Vossa Excelência.

O senhor veja só, o governante, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando aconteceram os ataques especulativos dos investidores no leste, lá na Ásia, o Governo brasileiro, com as baixas nas Bolsas de Valores de São Paulo e no Rio de Janeiro, e com a continuidade das baixas, o Governo brasileiro aumentou as taxas de juros em 100%, dobrou as taxas de juros. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso estampou, através de um comunicado à Nação, de que tinha sido feito um ataque especulativo ao real. Isso saiu em manchete, nos principais jornais.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Mas não foi afirmação do Presidente Fernando Henrique, informação da imprensa.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Veja bem, o Presidente Fernando Henrique falou isso também: "fomos vítimas de um ataque especulativo ao real". E para proteger o real, ele elevou as taxas de juros.

Logo no dia seguinte, na sexta-feira, veio uma notícia de Nova Iorque, de que foi comunicado à economia americana que o índice de desemprego nos Estados Unidos havia caído. E em função da queda do índice de desemprego no território americano, a Bolsa de Nova Iorque tinha voltado a cair, e cogitava-se que o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos poderia elevar as taxas de juros do território americano, o que iria repercutir terrivelmente para a economia de todo mundo. Por que?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Acho que Vossa Excelência está equivocada na colocação. A taxa de desemprego não havia caído. Não consigo entender.

(Risos)

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vou chegar no meu raciocínio. Não estou enganado. Nos Estados Unidos, caiu. A Bolsa de Nova Iorque caiu. Está na Folha de São Paulo, exatamente isso.

A taxa de desemprego cai e a bolsa cai. Por que isso? Porque a economia, da forma como está sustentada, tem as suas contradições internas tão profundas, e não se mexe na estruturação de um novo modelo econômico, que faz esse surrealismo acontecer. Uma economia que vá para o pleno emprego, traz problemas do ponto de vista da especulação financeira.

Concedo o tempo do PT para Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Angelo Vanhoni - Mas queria chegar no Fernando Henrique Cardoso, porque acho que há uma inversão da lógica. O Real, o ajuste da economia brasileira, está montado numa determinante única e exclusivamente especulativa. Não há outra saída para este projeto econômico, equiparação da moeda brasileira com o dólar a não fazer uma atração de capitais voláteis do resto do mundo.

Ontem, assistindo no Roda Viva, o Alain Tourane, que é um cientista político, um sociólogo dos mais renomados, hoje, da atualidade do mundo inteiro, respondendo perguntas a esse respeito, ele disse o seguinte: a única alternativa que teria para a Nação brasileira não correr o mesmo risco que outros povos correram com esse ataque especulativo, em função da nova modalidade do sistema financeiro internacional, seria de que o Congresso e o Governo Brasileiro adotassem medidas para proteger a economia nacional e a entrada de capitais.

Ele deu exemplo do que foi feito no Chile. Porque a Bolsa no Chile, e por que a chilena não teve os mesmos problemas que todas as outras Bolsas, que fizeram ajustes de economia na América Latina? Sabe por que? Porque lá, a regulamentação para a entrada de recursos, do ponto de vista andorinha, o recurso que pode chegar e pode sair, há uma regulamentação muito mais sólida para garantir que os capitais que são investidos na economia chilena não sejam voláteis, tanto quanto são na Argentina ou no Brasil.

Do ponto de vista da atração de capitais, são várias. Não sou nenhum economista, mas são várias. O modelo chileno adotou. O tempo que o capital fica, a modalidade do tipo de investimento. Há uma série de normativas que são colocadas, do ponto de vista da atração de capital e da sua permanência. Por exemplo, o tempo de permanência

de capital é um, para obter altas taxas de juros. O nosso, aqui, é livre, o capital vem e pode ir embora.

Só para fazer essa contribuição, porque acho que enquanto não mudar o sistema econômico, todas as medidas draconianas que Fernando Henrique Cardoso tomar, vão ser honestas dentro dessa lógica, que sacrifica o povo e não tem um projeto de desenvolvimento para o País.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Com relação à economia chilena, os garotos de Chicago, a quem coube a reestruturação da economia chilena há mais de 15 anos, Deputado Vanhoni, a estruturação e o estágio de maturidade do exercício da política de mercado, hoje, em relação ao Chile, é muito diferente da nossa.

O Chile, hoje, não sofre os estágios especulativos de que temos hoje, é em função, justamente da maturidade e da vivência do livre comércio que o Chile passou a viver desde a década passada.

Estamos entrando no processo numa abertura e numa economia muito maior, muito mais complexa, e evidentemente, com muito mais dificuldades. Conseguise 8 milhões no Chile, contra 160, e a complexidade da nossa economia. Daí, a razão, hoje, de o senhor ver o Chile não receber os ataques, porque ele já passou esse período, que hoje vivemos. Esta é uma das razões.

Outras questão de nos ancorarmos em grande parte na balança corrente, no capital volátil, é uma realidade. 38 de investimento, é a diferença por 62, dá 24.

Concedo um aparte, primeiramente ao Deputado Emerson Nerone, e depois ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado José Maria, penso estar contribuindo para essa discussão entre o Deputado Vanhoni e o senhor.

A economia do Chile é centrada no modelo, que tem como matriz uma coalisão política do Partido Socialista do Chile e da Democracia Cristã, onde o modelo adotado é extremamente diferente do modelo brasileiro.

O modelo brasileiro é absolutamente neoliberal, com um modelo totalmente voltado para os interesses de globalização impostos pelos bancos que gerem a dívida brasileira.

Segundo, é a pergunta que gostaria que apenas o Deputado José Maria Ferreira, que acho que é o que inte-

nessa mais objetivamente em todo esse pacote lançado pelo Governo.

A dívida interna brasileira, é de 160 bilhões de reais, hoje. O Governo Fernando Henrique pagou, se não me engano, em torno de 60 bilhões de reais, e hoje ela está em torno de 160 bilhões. O Governo paga juros dos papéis que laceiam toda essa dívida interna. Ao aumentar a taxa de juros para segurar o capital "andorinha" no Brasil, todo esse capital de investimentos no Brasil, o Governo passa a pagar a taxa de juros também sobre esses 160 bilhões da dívida interna, só que todo esse pacote vai gerar menos recursos do que o capital pago em juros de dívida - quer dizer, a diferença de juros pagos é maior do que todo esse dinheiro que vai ser arrecadado.

Quer dizer, não consigo entender a lógica desse Governo, na medida em que os nossos juros são os maiores juros, hoje, praticados no mercado internacional. Por isso, todo mundo está dizendo que o Brasil é "a bola da vez". E se não for mudado o modelo, para garantir o real, estaremos apenas a beira de mais um "Plano Real II", um "Plano Cruzado II", um "Fernando Henrique II", um "Ciro Gomes III", quer dizer, o que vem pela frente não importa, mas o modelo continuará sendo menos. Se a diferença dos juros que vamos pagar sobre a dívida interna, sobre a taxa de juros brasileira for maior do que toda a arrecadada pelo pacote, não dá para entender a lógica.

Essa é a grande dúvida que acho que é lançada sobre esse pacote.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Os juros, Deputado Nerone, são um compromisso contraído. O empréstimo, é um compromisso contraído.

Com certeza, as taxas que hoje elevam o pagamento dos juros, trazem dificuldades, mas pior será se tivermos o capital que hoje está dentro do País, vazando para fora. Aí, efetivamente, teremos sérios problemas de liquidez, e vamos ver um exemplo do México, da Tailândia, Birmânia, que hoje vivemos. A economia, hoje, não é mais a economia de 15 anos atrás, não é mais uma economia circunscrita ao território nacional. Ela é globalizada, e essa questão temos que entender, caso contrário, não faremos parte do processo de desenvolvimento que o mundo experimenta. Vamos ficar em um país de terceiro mundo, mesmo.

Reconhecendo todas as dificuldades, deveremos entender que o Presidente da República teve a responsabilidade com a Nação, consigo, com a sua

história pessoal, de implementar um programa difícil, duro, que traz com certeza, dificuldades para ele próprio, mas é necessário, para que possamos assegurar o nível de estabilidade da nossa moeda. Com certeza, se não fizermos isso, vamos ter problemas muito maiores.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Só gostaria de registrar que sempre tive uma imensa admiração por Vossa Excelência. Em primeiro lugar, pela seriedade com que o senhor representa os seus eleitores e desempenha suas atividades públicas. Mas, passo a admirá-lo mais ainda pela coragem que Vossa Excelência tem agora, ao defender o pacote do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Agradeço as referências, mas um homem público não pode viver só de bons ares. Esse é um momento difícil, com certeza, agora, quando reduzimos a inflação, quando o Governo, através das suas ações, permitiu a distribuição da renda, permitiu uma economia estável, permitiu horizontes, também tivemos esse momento. Esse momento que paga quem está no Governo. O momento é difícil. É! Se tivesse o PT, se tivesse o PFL, se tivesse o PTB, com certeza estaríamos vivendo as mesmas dificuldades.

Com aparte, o Deputado Júlio Ando.

O Sr. Júlio Ando - Obrigado pelo aparte, Deputado José Maria.

Até gostaria de tecer alguns comentários a respeito da colocação do Deputado Vanhoni, com referência a entrega de capitais voláteis, ou seja, os investimentos especulativos. Altamente especulativos, aqui no mercado interno brasileiro.

Vejam bem! Na verdade, as medidas que o Deputado relacionou com referência a regulamentação da entrada de capitais. Na verdade, resumo no seguinte, Deputado: o Brasil, na verdade, já no ano passado deveria ter tomado posições com referência a melhoria do desempenho da Balança de Pagamentos, porque as nossas reservas cambiais são baseadas no superávit da Balança de Pagamentos. O Balanço de Pagamentos somente teria um desempenho favorável para criar uma reserva cambial sólida e não volátil, através do aumento da exportação da Balança Comercial do Brasil.

Seria a única saída, na verdade, Deputado.

O Sr. **Ângelo Vanhoni** - Mas aí você vai ter que concordar comigo. Desculpe-me! Só há uma outra alternativa. Aquilo que vem sendo dito há 2 anos atrás, desde o Dom Busch, que é assessor do Fundo Monetário Internacional, que deu aquela declaração há 2 anos atrás, "que a economia brasileira é o real, para se manter, teria que ter uma desvalorização cambial na ordem de 20%".

Que é que o José Serra tem dito. Quer dizer, não diz publicamente, não faz um combate político, porque é do mesmo partido do Fernando Henrique Cardoso, mas é sua grande divergência com o Governo.

E nós do PT temos essa avaliação também. O Fernando Henrique Cardoso sabe disso, talvez agora caiam verdadeiramente no real.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - E por que é que não foi feito? Justamente com a preocupação de manter a taxa de inflação ainda controlada.

Agradeço, Sr. Presidente, e esperamos que tenhamos nas próximas semanas a queda dos juros, e sobretudo o controle da economia, porque caso contrário, não ficará ninguém em boa posição, nem para criticar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado **Horácio Rodrigues**.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**) - Só para registrar a presença do Prefeito de Corbélia, Clóvis, e também do Secretário Ricardo Seduaseki, que nos honram com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Devidamente registrado.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dêem o nome que derem a esse capital volátil, capital andorinha, capital prostituta, o nome que derem.

Todo mundo falou um monte de coisas, ninguém falou exatamente o que sente o povo. Essa economia informal, cada vez mais marginalizada, aos srs. funcionários públicos de todas as camadas, que não vão ter ajuste nenhum, absolutamente nenhum.

Tenho aqui um debate do Fernando Henrique Cardoso, quando Senador, em que ele dizia que os juros tinham que cair. O que é que ele fez. Qual é a diferença, Deputado Vanhoni, a respei-

to da política financeira do Chile e a do Brasil.

O dinheiro que entra no Chile, tem um prazo para sair, e 30% não pode sair antes de 10 anos. No Brasil, entra hoje e sai amanhã. É o tal dinheiro andorinha, dinheiro prostituta, dinheiro ladrão, o nome que queiram dar.

Fico me perguntando, nós Deputados Estaduais que não temos força para decidir isso a nível de Governo Federal. Mas podemos fazer alguma coisa no Estado, podemos fazer alguma coisa nos municípios.

Vi que temos muitos Deputados aqui, insatisfeitos com o Governo, porque o Governo não cumpriu, não honrou as emendas feitas por esses Deputados.

O que é que vão fazer agora? Vão emendar mais. Também não vai ser honrado. E não vai ser honrado, porque nenhum Estado da Nação, e nenhum município da Nação, se adequou a essas medidas ditatoriais erradas, enganosas do Governo Federal. Enganosas, por quê? Porque tudo que vai arrecadar a mais, serve apenas para pagar os juros da dívida interna e externa de 3 meses. Então, é uma mentira.

Peço praticamente um minuto de silêncio, para o ex-Presidente da República, que vai perder a eleição em outubro.

Não é possível que os desempregados, os funcionários públicos, não os de gabinete do Governo Federal, que esses homens e mulheres que estão lutando, que estão tendo o reajuste da água, da luz, os reajustes nos colégios, venham a votar no regime que está implantando no Brasil, a famosa "filipeta".

O Real pode valer alguma coisa aqui dentro. Passou da fronteira, não vale nada. É uma "balela". Todas as dívidas que a população tem com as prefeituras, serão pagar com juros do dia, meu Deus do céu. Todas as dívidas do Estado, com os mesmos juros.

O Deputado Presidente **Anibal Khury**, fez um discurso muito sóbrio, muito inteligente a respeito do trigo. Esse mesmo discurso, Sr. Presidente, serve a respeito do trigo, do feijão, do milho, do alho importado, serve para tudo. Esse capital e esse Governo, praticamente vai se extinguir em outubro do ano que vem. Seja de que partido for, de que coligação for, se tem **Antonio Carlos Magalhães**, lá. Sabe, existem dois Senadores que não escuto mais falar: um de chapéu, que tinha um banco, não escuto mais falar.

Basta de conversa fiada. Com esses juro, não vai dar. A Assembléia tem que tomar uma posição.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, só para fazer uma sugestão.

Sugerimos, numa conversa que tivemos com Vossa Excelência, que a Assembléia Legislativa fizesse um convite para dois economistas virem aqui à Assembléia, com objetivo de fazer um debate sobre a situação econômica, para aprofundar essas questões. Para nós Parlamentares, isto é muito importante, enriquece o debate político no destino da nossa Nação.

Se o Deputado Caíto Quintana não fez, gostaria de sugerir a Vossa Excelência, para que possamos marcar, até o final de novembro, para em uma tarde debater conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - O Deputado Caíto Quintana entrou com um requerimento, e a Mesa está diligenciando para trazer a esta Casa dois economistas. Um defendendo, e outro acusando. Assim, podemos melhor nos aparelhar no debate parlamentar.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para a apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, confor-

me avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui o Fundo Especial para Reparação de Interesses Difusos Lesados. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Padre Paulo, a Rodovia PR-573, no trecho que liga Corbélia a Braganey. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.810.000,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - Vai se proceder à Verificação de Votação.

Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

28 Srs. Deputados aprovam.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, não tem 28 Deputados. Desculpe, mas não existem 28.

Solicito que seja recontado novamente.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (**Questão da Ordem**) - Sr. Presidente, o Deputado está de costas para muitos Deputados, o senhor está de frente, o senhor enxerga melhor, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - Vamos convocar um engenheiro aqui, o Deputado Silvestri, para contar.

O SR. CEZAR SILVESTRI - 28, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 28
Srs. Deputados. Ninguém pode duvidar do engenheiro aí.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente,
não existem 28 Deputados no Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho
que está cheio de Deputados por aqui.

Não posso duvidar do 1º Secretário, e nem do nosso engenheiro técnico.

Aprovado o projeto.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 3.324.000,00 (três milhões, trezentos e vinte e quatro mil reais), ao vigente Programa de Obras da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Recanto do Menor - CEMIC, o imóvel situado no Município de Maringá, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente Programa de Obras da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, aprovado pela Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a ampliação de biblioteca. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), ao vigente orçamento

da Secretaria dos Transportes, visando atender despesas no Programa de Estradas Rurais - Caminhos da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 093/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 385/97, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 385/97.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), ao vigente Programa de Obras da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para viabilizar a construção de cadeias públicas de Londrina e de Quatro Barras, e a reforma das cadeias dos Municípios de Luiziana e Cianorte. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Curitiba, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, situado nesta Capital, no bairro Campina do Siqueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2746, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Irineu Colombo - Envio de expediente.

O SR. VALDIR ROSSONI - Iria pedir para votar, Sr. Presidente, mas o Dr. Rosinha nos consultou e gostaria que se retirasse o requerimento.

O SR. DR. ROSINHA - Gostaria de pedir o adiamento da votação para amanhã, porque estará presente o autor do projeto, tanto deste como do próximo, e poderá conversar com a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adiada a discussão.

Requerimento nº 2645, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA - É a mesma situação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, é a mesma proposta. Que fique para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente o projeto está na fase de votação. Não pode ser adiado. **Rejeitado.**

Com voto favorável da Bancada do PT.

Requerimento nº 2623, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar a Votação) - Sr. Presidente, estamos insistindo com esse requerimento, porque seguidamente temos ouvido e visto manifestações através do jornal, de rádio e de televisão, quan-

to aos recursos que dispendeu o Governo do Estado do Paraná, na realização dos Jogos Mundiais da Natureza, na Costa Oeste do nosso Estado.

O Governo, em alguns momentos, afirma que foi 31, depois em outras ocasiões fala em 45. Temos afirmado seguidamente, que ultrapassou a casa dos 80 milhões. Dia desses, o Sindicato dos Hotéis de Foz do Iguaçu, falou em valores ao redor de 70 milhões.

Entendo que esta Casa tem por direito saber o que investiu de dinheiro público, o Governo do Estado, na realização dos Jogos Mundiais da Natureza.

É bem verdade que daqui a um ano ou dois anos, quando a prestação de contas transitar pelo Tribunal de Contas ou pela Comissão de Tomada de Contas da Assembléia, haveremos de tomar conhecimento.

Mas é oportuno que neste momento em que o assunto Jogos Mundiais da Natureza é amplamente discutido, é oportuno que a Assembléia Legislativa, na condição de fiscais da gestão administrativa do dinheiro público, possamos ter conhecimento de quanto o Poder Público Estadual, quanto o Governador Jaime Lerner gastou para realizar os Jogos Mundiais da Natureza.

Por esta razão, é que solicitamos que os Srs. Deputados aprovem o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento foi rejeitado.

Requerimento nº 2686, de autoria dos Srs. Deputados Emerson Nerone e José Maria Ferreira, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de Votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Oito.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três.

Rejeitado.

Requerimentos nºs 2624 e 2692, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 2690, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, cons-

tante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2691, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante de expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2701, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2702 e 2703, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2704, 2710, 2744, 2745 e 2695, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2705, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2712 a 1717, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2718, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2720 a 2723, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2724 a 2726, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2728, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2730, 2750, 2751 e 2752, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2731, 2733 e 2743, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2734 a 2736, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2737, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2697, 2698 e 2738 a 2741, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do ex-

pediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2696 e 2742, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2749, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2754, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2693 e 2756, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2758, de autoria dos Srs. Deputados Joel Coimbra e José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2759, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2635, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso requerimento ao Secretário Giovani Gionedis, para que ele apresente, de forma discriminada a esta Casa, os recursos que constam na rubrica, outras receitas de capital.

Temos acompanhado no dia-a-dia, no mês-a-mês, a publicação dos balanços financeiros do Estado do Paraná, que dão conta a esta Casa das receitas e despesas que são realizadas pelo Governo do Estado. E surgiu há alguns dias atrás uma grande polêmica, através de uma manifestação que fizemos de que o Governo do Estado do Paraná tem a sua disposição, recursos oriundos de empréstimos internacionais e que não têm buscado esses recursos, fruto dos empréstimos aprovados pelo Senado Federal, em razão de não possuir o necessário recurso para contrapartida.

E essa afirmação, fizemos e já repetimos por diversas vezes, porque nos balancetes publicados e nas planilhas demonstrativas que são publicadas, em nenhuma delas aparece um centavo sequer de ingressos de recursos oriundos de operação de crédito, seja operação de crédito interna ou objeto de operação de crédito externa.

O Deputado Valdir Rossoni, falando à imprensa, noticiou que esses recursos oriundos do ingresso de recursos de operação de crédito constariam da rubrica outras operações, ou da coluna outras operações de capital, receitas de capital.

Então, gostaríamos que a Assembleia Legislativa fosse informada quais são as receitas de capital que compõem esta massa de receitas que o Estado vem auferindo como outras receitas de capital. Até porque, sabemos que neste item, outras receitas de capital podem estar incluídas alienação de bens, podem estar incluídas vendas de ações da COPEL, como pode também estar incluída, evidentemente, o ingresso de recursos oriundos de empréstimos interno ou externo.

Então, gostaríamos de saber, já que temos afirmado seguidamente que o Governo não tem buscado os recursos, fruto dos empréstimos externos, já que não aparece em nenhuma publicação, gostaríamos de saber, quais recursos ingressaram na forma de empréstimos, até porque o Deputado Valdir Rossoni ao apresentar a planilha de ingresso, de utilização dos recursos, fruto de operações de empréstimos exterior, ele fala o montante que ingressou até a presente data, ele não fala, ele não especifica quanto entrou no ano de 1997.

Nos balancetes, diz que é zero. Ele diz que não é zero, que está em outras receitas de capitais, só que não sabemos se essa afirmação do Deputado é verdadeira, já que não nos apresenta os números. Como também não era verdadeira a afirmação do Deputado quanto ao encerramento do Programa BID IV, já que na manhã de hoje conversamos com o Secretário Heinz, na tarde de ontem conversamos com o Dr. Paulo Dalmaz, e eles nos informaram que o Programa BID IV não está encerrado, contrariando, evidentemente, informação que prestou o Deputado Valdir Rossoni, mas que o Programa está em fase de encerramento, daí a necessidade da suplementação, e daí a razão do PMDB ter votado, inclusive, favoravelmente ao Projeto 545 e ao 546.

Então, peço ao Deputado Valdir Rossoni que aprove, que libere a sua

bancada para aprovar este requerimento, para que o Secretário Giovani Gionedis repasse à Assembleia Legislativa. Os valores globais nós temos, gostaríamos de saber, apenas e tão somente nessas receitas de capital, o que é alienação de bens imóveis? O que é venda de ações de COPEL? E o que é, evidentemente, ingresso de recursos, fruto de operações externas?

O SR. VALDIR ROSSONI (*Para Encaminhar*)

Sr. Presidente, acredito que o Deputado Orlando Pessuti deve ter Paulinho Dalmaz e dois Secretários de Transportes.

Era só isso que queria dizer a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Requerimento rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (*Pela Ordem*) - Sr. Presidente, queria pedir a sua autorização para que no dia de amanhã, possivelmente na manhã de

quinta-feira, não compareça, a esta Casa, porque estou indo à Brasília, e junto ao CONTRAN buscar subsídios para barrar esta imoralidade que é a inspeção veicular que se quer fazer no Paraná.

Queria a sua autorização, e ao mesmo tempo, Excelência, marcar com o Deputado Valdir Rossoni, a próxima segunda-feira a data da vinda a esta Casa, do atual Diretor do DETRAN, que deve responder, naturalmente, por este procedimento que o DETRAN está realizando.

Então, queria a sua autorização, e também marcar com o Deputado Valdir Rossoni, para logo após a Sessão de segunda-feira, a vinda aqui do Diretor do DETRAN.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - Comunico aos Srs. Deputados que o Deputado José Tavares convida os membros da Comissão de Direitos Humanos, para uma reunião, amanhã às 10 horas da manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 588 e 621/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 591, 598, 599 e 604/97.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 384, 545, 546, 547, 586, 587, 591, 598, 599, 604 e 605/97.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1997.

"Com as confusões que cria, Jocelito perde tempo precioso para trabalhar"

Adail Inglês

O prefeito Jocelito Canto já bateu todas as marcas possíveis e imagináveis na criação de fatos políticos, pouco se importando com a natureza desses acontecimentos. Para ele, o importante é ser notícia. Entretanto, o jovem governante municipal está incorrendo num sério erro de avaliação, eis que esse tipo de notícia, que ele gera com uma impressionante capacidade, não produz nenhum efeito de benefício para a comunidade. Mas, começa a cansar as pessoas, especialmente porque tais fatos estão se prestando a criar um clima de adversidade, como esse de agora com o Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, inteiramente de graça. Na verdade, Jocelito, de sexta-feira para cá, promoveu uma versão renovada de mudança de partido e criou uma nova confusão com Plauto e uma complicação para ele próprio, para o secretário Augusto Canto Neto, de Obras do Estado, o mesmo para o Deputado Luiz Carlos Zuk. Uma coisa é o convite para que ele passe a integrar o grupo de sustentação política ao Governador Jaime Lerner, outra, muito diferente, é o anúncio que fez, por conta própria, de que ingressaria no PFL. E isso foi feito por pura provocação política. E, como foi feito na presença de um secretário de Estado e de um de-

putado, do grupo da situação, ficou uma situação de cumplicidade, parecendo mesmo que ambos, mais que insistir no convite de Lerner, também estariam a propor o caminho na direção do PFL, o que, sabe-se, não aconteceu. É de Jocelito esse tipo de comportamento.

E a conversa que era para ter havido na segunda-feira, teria ficado para hoje. Não parece difícil imaginar, que a conversa não vai resultar em nada, devendo o prefeito da cidade continuar onde está, isto é, no PSDB, e voltar a fazer a afirmação feita no início de outubro, de que vai apoiar o Governador Jaime Lerner, sem sair do seu partido. Porém, o estrago já foi feito. É um estrago que, de repente, pode, se já não ocorreu, se transformar num complicador político para o secretário Augusto Canto, diante do Governador do Estado. Até que as coisas sejam explicadas, é inevitável o clima de constrangimento.

Dez meses no cargo de Prefeito já constituem um tempo razoável para um conhecimento das coisas da Prefeitura Municipal e de como o chefe dessa casa pública deve se comportar. Interessante! Ontem, um servidor público, que não é do município, dizia que todo mundo sabe que não se pode colocar um macaquinho, mesmo enjaulado, próximo da jaula de um leão. É que bastará o leão dar um rugido, para que o macaquinho se debata pela jaula toda. Na Prefeitura estariam quatro mil "macaquinhos" se jogando de um lado para outro, diante do rugido do "leão", pelas férias coletivas do próximo mês.

O jovem prefeito precisa gerar um outro tipo de fato, o fato do trabalho, da paz política, da realização, da obra em favor do povo. Precisa, também, viajar menos à Brasília, porque essas viagens, com certeza, estão ficando caras. É possível, inclusive, que Jocelito, em dez meses de governo, já tenha ido à Brasília muito mais vezes do que foram Pedro Wosgrau Filho e Paulo Cunha Nascimento, somados. E com o agravante da diferença de benefícios. Até aqui, Jocelito não conseguiu justificar, com recursos para a cidade, de fato, nenhuma das mais de vinte viagens, que deve ter feito, à Capital da República. Um ano, dos quatro de governo, já se foi. E o saldo de trabalho mesmo, parece pequeno.